

## **DECRETO Nº 9.587 DE 10 DE OUTUBRO DE 2005**

(Publicado no Diário Oficial de 11/10/2005)

**Altera dispositivos do Regimento Interno do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), aprovado pelo Decreto nº 7.592, de 04 de junho de 1999.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

### **D E C R E T A**

**Art. 1º** Os dispositivos do Regimento Interno do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), aprovado pelo Decreto nº 7.592, de 04 de junho de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - o artigo 10:

*“Art. 10. Junto ao CONSEF funcionará uma representação da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em número a ser definido em ato do Procurador Geral”. (NR)*

**II** - o artigo 15:

*“Art. 15. Compete aos representantes da Procuradoria Geral do Estado junto ao CONSEF praticar os atos e adotar as medidas previstas no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal”. (NR)*

**III** - o artigo 16:

*“Art. 16. Os membros do CONSEF e os representantes da PGE perceberão, a título de gratificação, por sessão a que comparecerem, quantia fixada em decreto do Poder Executivo, limitada ao equivalente a 08 (oito) sessões mensais”. (NR)*

**IV** - a alínea “c”, do inciso I, do art. 24:

*“c) recurso de ofício da decisão do Diretor da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que deferir o pedido de restituição de taxas;” (NR)*

**V** - o inciso X, do art. 26:

*“X - apreciar pedidos de prorrogação de prazos apresentados por Julgador ou Conselheiro ou por Representante da PGE”; (NR)*

**VI** - a alínea “b”, do inciso V, do art. 27:

*“b) com o Relator e o representante da Procuradoria Geral do Estado, nas Câmaras de Julgamento;”*

**VII** - os itens 1, 2 e 3, da alínea “b”, do inciso III, do art. 44:

*“b) remessa à representação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para emissão de parecer, na segunda instância, sendo que: (NR)*

*1 - é dispensável essa providência tratando-se de recurso de ofício ou se em fase anterior já tiver havido o pronunciamento da PGE; (NR)*

*2 - nos casos em que seja dispensado o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do item anterior, essa circunstância será consignada nos autos, entregando-se o processo ao Relator para instrução; (NR)*

*3 - ao receber os autos com o parecer da Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria do Conselho encaminhará o processo ao Relator, para proceder à instrução.” (NR)*

**VIII** - o inciso II, do art. 45:

*“II - solicitar a emissão de parecer da Procuradoria Geral do Estado, quando se tratar de questão eminentemente jurídica”. (NR)*

**IX** - o artigo 53:

*“Art. 53. Nas Câmaras, o seu Presidente será ladeado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado à direita e, à esquerda, pelo Secretário, ocupando os outros membros efetivos os demais lugares, sentando-se os representantes classistas e os da Fazenda, alternadamente”. (NR)*

**X** - o artigo 55:

*“Art. 55. No início ou no final da sessão, durante 30 (trinta) minutos, poderão ser tratados quaisquer assuntos estranhos à pauta, desde que se trate de matéria de interesse do Conselho, sendo facultada a palavra, pela ordem, aos seus membros e ao representante da PGE, quando for o caso”. (NR)*

**XI** - o parágrafo único do art. 56:

*“Parágrafo único. Nas sessões secretas, somente permanecerão no recinto os membros da Junta ou da Câmara, o representante da PGE, o secretário assistente, o sujeito passivo ou seu representante e o auditor fiscal autuante”. (NR)*

**XII** - o parágrafo único do art. 60:

*“Parágrafo único. A ausência do representante da Procuradoria Geral do Estado não impede a realização da sessão”. (NR)*

**XIII** - os incisos II a IV, do art. 64:

*“II - concessão da palavra aos membros do Conselho, para solicitação de esclarecimentos, se assim acharem necessário; (NR)*

*III - sustentação oral do autuado ou seu representante e do autuante, se estiverem presentes e se desejarem fazer uso da palavra, pelo prazo de 15(quinze) minutos; (NR)*

*IV - pronunciamento do representante da Procuradoria Geral do Estado, pelo mesmo prazo concedido ao autuado ou seu representante; (NR)”*

**XIV** - o inciso II, do art. 66:

*“II - a cada Julgador ou Conselheiro e ao representante da PGE, exceto ao Relator, pedir vista do processo até a sessão subsequente da mesma Junta ou Câmara. (NR)”*

**XV** - a alínea “b”, do inciso I, do art. 67:

*“b) quando for pedida vista por Julgador, Conselheiro ou Procurador representante da PGE”; (NR)”*

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário e, em especial os seguintes dispositivos do Regimento Interno do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), aprovado pelo Decreto nº 7.592, de 04 de junho de 1999:

**I** - a alínea “b”, do inciso I, do art. 25;

**II** - o inciso III do art. 25.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 10 de outubro de 2005.

**PAULO SOUTO** Governador

Ruy Tourinho  
Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas  
Secretário da Fazenda